

Litígio estratégico

Da injustiça estrutural à
mudança jurídica e social

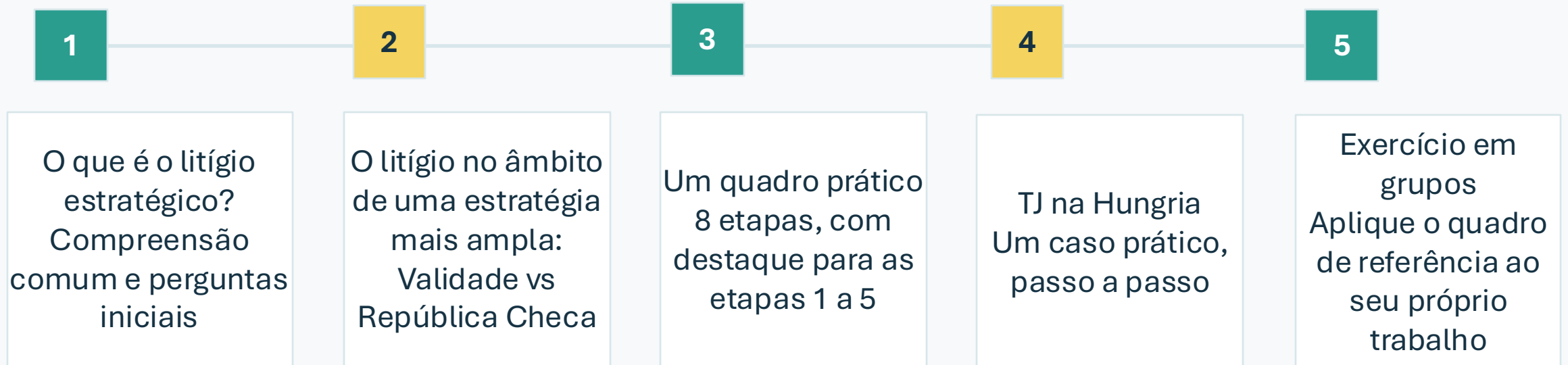
Sessão 1 • Formação StratAGEic
16th de junho de 2026



Ann Campbell

O percurso de hoje

Um percurso prático pelo litígio estratégico



Reflexão inicial

O que lhe vem à cabeça quando pensa em litígio estratégico?

Que questões têm curiosidade em abordar através do litígio estratégico?

O que é o litígio estratégico?

Contencioso

Pedir a um tribunal que corrija uma injustiça quando alguém foi prejudicado ou tratado de forma injusta.

Litígio estratégico

Recorrer deliberadamente ao litígio para alterar uma lei, política ou prática que prejudica muitas pessoas.

Mudança estratégica

Um processo judicial torna-se parte de uma iniciativa mais ampla de mudança.

O litígio estratégico funciona melhor como parte de uma estratégia mais ampla



Questão estratégica: o que é que precisa de mudar, quem tem o poder para o fazer e como é que o litígio pode exercer pressão?

Exemplo: Validity contra a República Checa

O litígio como meio de pressão no âmbito de uma iniciativa mais ampla

O que observaram os defensores?

Camas com grades de rede em hospitais psiquiátricos, incluindo a sua utilização contra mulheres e idosos com demência.

Qual era o problema de fundo?

Estereótipos, argumentos baseados no «interesse superior», práticas institucionais e lacunas na legislação em matéria de cuidados de saúde.

O que era necessário mudar?

A Lei dos Serviços de Saúde e as políticas relacionadas precisavam de pôr fim a esta prática.

O que poderia a ação judicial fazer?

Exercer pressão através de uma queixa coletiva quando um processo individual não fosse viável.

Uma «derrota» pode ainda assim ser uma vitória estratégica

O objetivo era pôr fim à prática e alterar a lei

Antes da decisão

O governo alterou a lei e proibiu as camas-gaiola antes de o Comité ter proferido a sua decisão.

Resultado formal

A Comissão não precisou de constatar uma violação, uma vez que a lei tinha sido alterada.

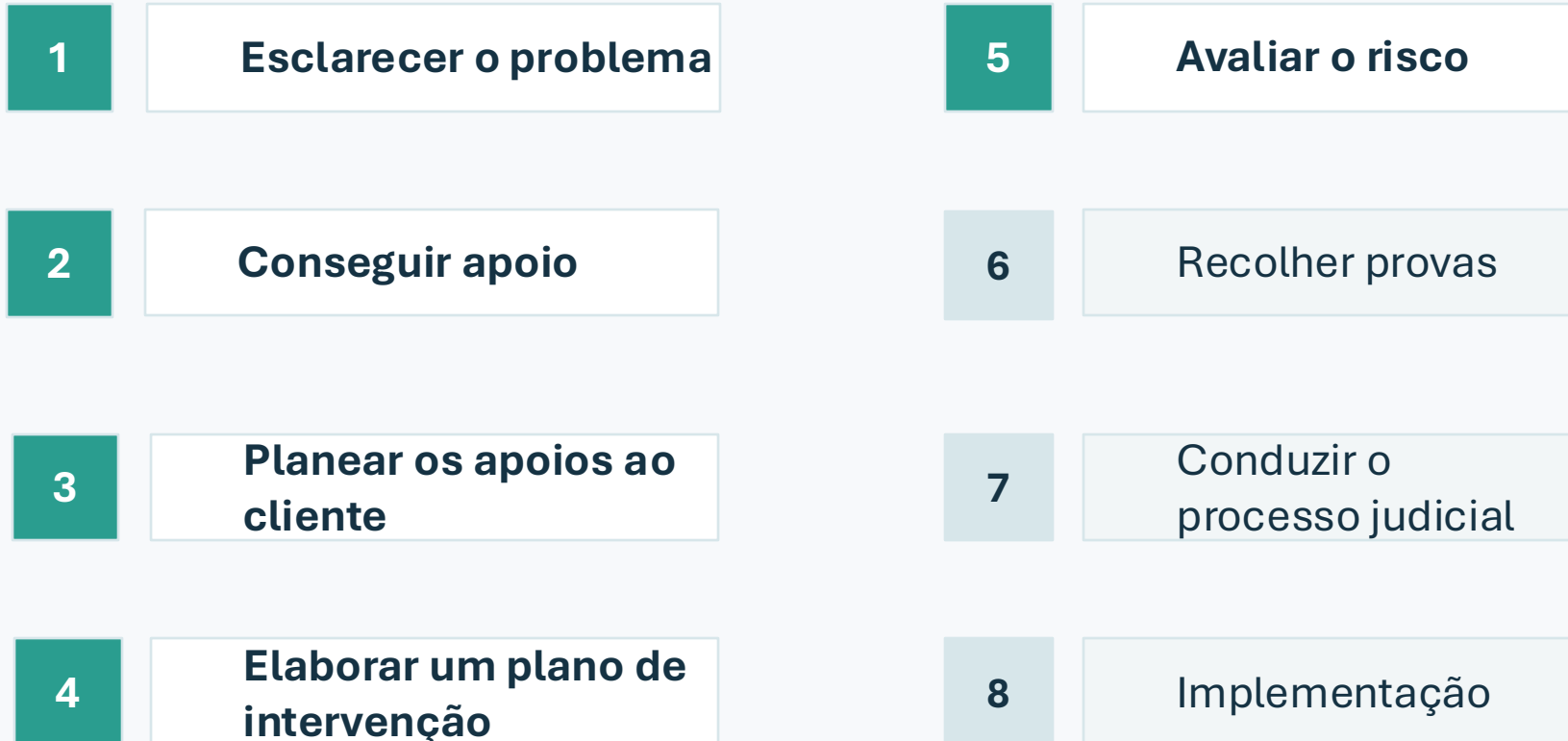
Resultado estratégico

O caso ajudou a criar pressão e transmitiu uma mensagem forte contra as camas-gaiola.

Ideia-chave: avalie a estratégia com base na mudança alcançada, e não apenas pelo resultado formal.

Um quadro prático: 8 passos

O foco de hoje recai principalmente nos passos 1 a 5



Etapa 1 — Esclarecer o problema

Passar do dano à causa principal e ao objetivo estratégico

O que se está a passar exatamente?

Factos no terreno
Causa principal
Pessoas afetadas

Que direitos estão em causa?

Legislação em matéria de
direitos humanos
Legislação nacional
Normas internacionais

O que é que precisa de mudar?

Legislação
Política
Prática
Perceção social

TJ contra a Hungria — esclarecer o problema

Um caso estratégico no âmbito de uma iniciativa mais ampla

Causa principal

Capacidade jurídica e tutela
Institucionalização
Falta de serviços de base comunitária

Objetivos estratégicos

Reconhecimento do que aconteceu
Acabar com esta prática
Justiça para as vítimas
Mudar a percepção

Prática

Tratamentos que constituem tortura ou maus-tratos
Óbitos e falta de investigação
Impunidade

O que o litígio, por si só, não conseguiu resolver

A contestação da detenção não era viável
O acesso aos serviços exigia outras estratégias
A defesa de direitos e a reforma continuaram a ser essenciais

O que é que o litígio estratégico pode tentar alcançar?

Objetivos diferentes levam a estratégias diferentes para cada caso

**Para alterar uma lei,
revogar ou emendar**

**Fazer cumprir uma lei
nos casos em que é
ignorada**

**Implementar o direito
internacional
por exemplo, a CRPD**

**Inspirar a mudança social
mudar o que é considerado
aceitável**

**Alterar uma política
ou prática discriminatória**

**Combater a impunidade,
a investigação e a responsabilização**

**Criar normas
orientações ou salvaguardas**

Passo 2 — Obter o apoio adequado

O litígio estratégico raramente é um esforço individual

Conhecimento jurídico

litígio
direitos
admissibilidade
medidas corretivas

Competência em questões

direitos das pessoas com
deficiência,
direitos dos idosos,
acessibilidade

Perícia em evidências

médica,
social,
análise especializada

Defesa de direitos e meios de comunicação

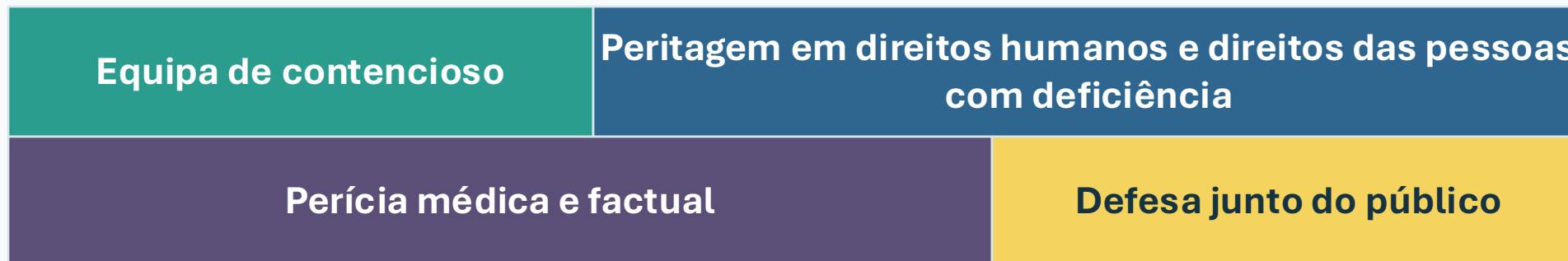
pressão pública
formação de coligações

Apoio sustentável

financiamento,
capacidade do pessoal,
apoio emocional

TJ contra a Hungria — apoio em torno do caso

Diferentes funções ajudaram a construir a estratégia



O apoio não é apenas técnico.
Os litígios de longa duração também exigem resiliência emocional, limites e análises pós-processo.

Passo 3 — Desenvolver o plano do caso

As opções jurídicas devem servir o objetivo estratégico

Comece a nível nacional

A maioria dos procedimentos internacionais exige o esgotamento dos recursos internos.

Pense no futuro

Os argumentos apresentados a nível nacional determinam o acesso posterior ao TEDH, ao TJUE ou aos mecanismos da ONU.

Coordenar os recursos

Diferentes tribunais podem ordenar diferentes tipos de alterações.

Verificar o procedimento

A legitimidade, as provas, os depoimentos, as medidas provisórias e a admissibilidade são questões que se colocam numa fase inicial.

Escolha do foro: o que permite cada via?

O «melhor» tribunal depende da estratégia

Órgãos da ONU

Recomendações ao governo importante para as normas internacionais
Instrumentos de aplicação limitados

TEDH

Indemnização e constatação de violação
Pode influenciar políticas ou legislação
O Estado mantém margem de manobra para responder

TJUE

Acórdãos vinculativos em matéria de direito da UE
Potencialmente influentes procedimentalmente complexos e menos testados no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência

TJ contra a Hungria — decisões de planeamento do processo

A via foi escolhida para servir a estratégia mais ampla

- As medidas corretivas tinham de reconhecer o que aconteceu e apoiar uma mudança mais ampla.
- A via nacional foi necessária para esgotar as vias de recurso.
- O TEDH foi preferido aos mecanismos da ONU para este objetivo estratégico.
- A liberdade de informação ajudou a demonstrar por que razão o tutor não agiria.
- A legitimidade para agir criou tanto riscos como oportunidades estratégicas.

**Lição estratégica — a escolha do foro não é apenas uma questão jurídica:
afeta as provas, os riscos, as medidas corretivas e a narrativa pública.**

Passo 4 — Avaliar o risco

Os riscos fazem parte da estratégia, não são uma reflexão tardia

Riscos relacionados com o cliente

fadiga ou desistência
consentimento informado
retaliação ou intimidação
mudanças nas circunstâncias

Riscos estratégicos

mudanças nos recursos e no pessoal
conflito com parceiros
mudanças políticas
incumprimento

Riscos jurídicos

precedente negativo
indeferimento por vício de forma
custos adversos
questões de competência

TJ contra a Hungria — perspectiva de risco

Exemplos de riscos considerados no caso

Estratégicos

Proteção de dados
Posicionamento dos parceiros
Estratégia de movimento mais ampla

Jurídicos

Legitimidade
precedente negativo
Custos adversos

Mitigação

Aconselhamento jurídico
Orçamentação de custos
Proteção contra represálias

Passo 5 — Planear o apoio aos clientes

Pergunte primeiro:

O que poderá impedir a pessoa de participar de forma eficaz?

**Acomodações razoáveis /
processuais**

**Apoio em termos de
deslocação, presença e
comunicação**

**Encaminhamentos: terapia,
cuidados de saúde,
assistência jurídica,
alojamento seguro**

**Estabelecer limites: que apoio pode a equipa jurídica prestar,
e o que está fora do seu âmbito de atuação?**

Passos 6–8 — Das provas à implementação

As etapas finais mantêm a estratégia viva

6. Recolher evidências

processos médicos e sociais
relatórios e pareceres de peritos
testemunhos
pedidos de acesso à informação

7. Conduzir processos judiciais

alegações e recursos
audiências
pareceres de amicus curiae
coordenação com a defesa

8. Implementação

meios de comunicação e sensibilização
reforço de capacidades
acompanhamento de litígios
Regra 9 / envolvimento das comissões

Exercício em grupos: aplique o quadro ao seu próprio trabalho

Opção A

Utilize uma lei, política ou prática do seu próprio contexto que gostaria de alterar.

Opção B

Utilize o cenário preparado caso o seu grupo não tenha um exemplo concreto.

Objetivo: identificar se e de que forma o litígio estratégico poderia contribuir para a mudança.

Perguntas orientadoras para os grupos de discussão.

Que lei, política ou prática gostariam de alterar?

Que direitos estão em causa?

Quantas pessoas poderão ser afetadas?

Conhece pessoas que possam estar dispostas a assumir um caso?

De que conhecimentos especializados e recursos precisaria?

Que alteração ou reparação precisaria de obter do tribunal?

Que riscos ou desafios identifica?

Cenário alternativo: exclusão digital nos transportes públicos

Um serviço de autocarros rural deixou de vender bilhetes no autocarro ou na estação. Agora, os bilhetes têm de ser comprados através de uma aplicação para smartphone, após a leitura de um código QR.

Barreiras neste cenário

a aplicação não é compatível com leitores de ecrã
instruções complexas
fonte muito pequena
ausência de apoio por telefone ou assistência humana

Impacto prático

não conseguir aceder a mercearias
não conseguir comparecer a consultas médicas
participação social reduzida
perda de independência

Questões estratégicas

Que direitos estão em causa?
Que mudança é necessária?
Que provas são necessárias?
Que riscos surgem?

Feedback dos grupos

Reconduza a discussão para as escolhas estratégicas

1. Qual era o problema estratégico?

2. Que mudança procurariam introduzir?

3. Que riscos ou apoios são mais importantes?

Reflexão final

O litígio estratégico é um processo de escolha:

- **o caso certo,**
- **com o apoio certo,**
- **para a mudança certa.**